

**IMIGRAÇÃO ITALIANA E ESCOLARIZAÇÃO:
DA COLÔNIA ALFREDO CHAVES AO MUNICÍPIO DE COLOMBO
(1882 – 1917)**

Elaine Cátia Falcade Maschio/UFPR

Além do desenvolvimento econômico e social do país, foi sem dúvida a expansão da escolarização uma das grandes contribuições, trazidas pela imigração estrangeira, no século XIX.

Conforme SOUZA (2000, p.61), os estados brasileiros que adotaram o imigantismo sofreram um processo significativo de expansão da escolarização primária. As iniciativas empreendidas pelos imigrantes, em prol da escola, foram fundamentais para a expansão do ensino. Primeiro, porque ao chegarem nas colônias os imigrantes reivindicavam escolas públicas ou ainda viabilizaram escolas particulares étnicas. Segundo, porque essas iniciativas refletiram-se na população brasileira para que também providenciasse o ensino.

Neste sentido, o presente estudo apresenta como se deu o processo de escolarização no Município de Colombo/PR, abordando a presença da imigração italiana na sua colonização, no final do século XIX, sendo ela fundamental para a implantação do sistema público e particular de ensino na região, além de contribuir como estímulo à população brasileira tomar para iniciativas em favor da escola.

O estudo abrange o período de 1882, ano em que foi aberta a primeira escola pública por intermédio dos primeiros imigrantes, até o ano de 1917, quando ocorreu a criação de uma escola confessional católica: o Colégio Santo Antonio. Contempla ainda a trajetória e a organização da institucionalização do ensino primário, investigando alguns traços de “culturas escolares”, configuradas no interior daquelas instituições.

O conjunto de documentos para este estudo foi encontrado, na sua maioria, no Arquivo Público do Paraná, dizendo respeito à: ofícios, requerimentos, relatórios e legislação de ensino. Embora esses correspondam a documentos oficiais, sua análise foi permeada pelo reconhecimento de que se constituem como documentos/monumentos, conforme infere LE GOFF (1999, p.547).

O contato com as fontes norteou toda a construção da narrativa, em torno da investigação do tema. No entanto, as leituras dos trabalhos que compõem a historiografia

proporcionaram o conhecimento da dinâmica da política imigratória e da educação entre imigrantes, nos seus mais diferentes aspectos.

O estudo da escolarização do Município de Colombo foi permeado pelas reflexões dos trabalhos que versam sobre a educação e a cultura de imigrantes. Destacam-se os trabalhos de VÊCHIA (1998), que mapeia a educação dos imigrantes no Paraná, no período de 1853 a 1889; KREUTZ (2000), SEYFERTH (1981), CORREA (2000) além de outros. E os trabalhos de WACHOWCZ (1984) e OLIVEIRA (1986), nos quais foi possível apropriar-se da configuração da educação paranaense, permitindo entender a institucionalização do ensino no Paraná e, ainda, a sua relação com o ensino nas colônias de imigrantes.

Considerando a afirmação de KREUTZ (2000, p.353), a respeito do processo escolar, diz o autor: *“para entender a dinâmica do processo escolar entre os imigrantes no Brasil é preciso estar atento não só às diferenciações entre os grupos étnicos mas também à diferenciada dinâmica de sua inserção no Brasil”*. Dessa maneira, tornou-se necessário levar em conta como se deu o processo de inserção da imigração italiana no Paraná e a política de formação de colônias para entender como o processo escolar foi dinamizado nessas colônias, particularmente, o processo escolar da Colônia Alfredo Chaves, no Município de Colombo.

A respeito da imigração italiana no Paraná e no Brasil a partir de diferentes enfoques, tem-se, notadamente, os trabalhos de BALHANA (1958, 1971, 1978) e AZZI (1987) que muito contribuíram para o entendimento da política imigratória no Paraná. De modo particular, estes estudos possibilitaram melhor compreensão do processo escolar, uma vez que, a escolarização permeia toda a relação política, econômica e social, ao mesmo tempo em que por essas dimensões é permeada.

Embora a proximidade com o Estado de São Paulo e sua vinculação territorial até 1853, a política imigratória dinamizada no Paraná foi bem diferente à daquele Estado. A inserção de imigrantes no Paraná teve uma política semelhante a dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os interesses dos governos dos estados do sul centraram-se, inicialmente, na ocupação de vazios demográficos, para objetivar, posteriormente, o fornecimento de mão-de-obra para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo em São Paulo, onde o interesse voltava-se para direcionar essa mão de obra às fazendas de café (BALHANA apud EL-KHATIB, 1969, p. 159, v 1).

A posse da terra sem dúvida foi o principal atrativo para a intensa imigração italiana para o sul do país. Conforme RAMBO (2003, p.63-92), ao contrário dos estados do centro e norte do país, em São Paulo, por exemplo, a imigração serviria para incorporar os trabalhos nas fazendas de café, e, no sul, a imigração européia deveria seguir as bases de uma economia agrícola em pequenas propriedades, que estaria alicerçada na distribuição de pequenos lotes para o desenvolvimento da agricultura familiar. Essa política propiciou que a organização social das colônias apresentasse características próprias, ocorrendo o mesmo com o ensino.

Foi então a partir de 1875 que o Paraná recebeu um número significativo de imigrantes de nacionalidade italiana. A introdução dos primeiros imigrantes italianos se deu através de um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa e o empresário Sabino Tripodi, no ano de 1871 (BALHANA, 1958, p. 28). Um número significativo de imigrantes foi instalado inicialmente na Colônia Alexandra, criada em 1875.

Embora esses imigrantes pensassem encontrar condições propícias em terras paranaenses, acabaram sofrendo as conseqüências da falta de interesse e irresponsabilidade que os agentes da imigração tiveram no ingresso e na sua instalação. Não demorou muito tempo para que as conseqüências do mau planejamento daquela política aparecessem. A situação da colônia Alexandra era lastimável, tornando impossível à sobrevivência daqueles imigrantes. Segundo BALHANA (1858, p.29), o objetivo daquele empresário era atrair um número maior de imigrantes, por não estar ele interessado nem com os colonos nem com a colonização da Província.. Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba, da Colônia Alexandra. Muitos imigrantes desejavam até mesmo retornar à Itália, pois julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas descritas nas propagandas distribuídas por Tripodi na Itália.

O Governo de Adolfo Lamenha Lins rescindiu o contrato com Tripodi e promoveu diretamente a imigração dos colonos. Em 1877, criou uma nova colônia, a Colônia Nova Itália, em Morretes, para remover aqueles imigrantes que não desejassem mais permanecer na Colônia Alexandra e, ainda, instalar outros novos imigrantes que continuavam a chegar. (BALHANA, 1958, p.30) De acordo com AZZI (1987, p.213), em 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca de 2000 colonos vênéticos estimulados por um sacerdote do Canal de Brenta. Igualmente à antiga colônia, a Colônia Nova Itália, que também se localizava no litoral, não prosperou. Os mesmos problemas afetaram aquela colônia levando ao fracasso. Aos poucos, aqueles colonos começaram a deixar a localidade em direção a Curitiba.

Praticamente todo o contingente de imigrantes italianos, estabelecidos no litoral, dirigiu-se a Curitiba. A acomodação deles no planalto curitibano deu-se de modo diversificado. Muitos imigrantes que deixaram o litoral por conta própria, acabaram se instalando em colônias já existentes. Todavia, a maior parte deles se fixou em novas colônias, formadas nos arredores de Curitiba, através da compra de terras por parte do Presidente da Província, Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, entre elas a Colônia Alfredo Chaves, que deu origem posteriormente ao Município de Colombo.

Dos autores que versaram sobre a formação da Colônia Alfredo Chaves, os trabalhos de FERRARINI (1976, 1979 e 1992), destacam-se pelo exaustivo e exclusivo estudo sobre a história do Município de Colombo, contemplando também aspectos da imigração italiana no Paraná. Segundo o autor, para a formação do Núcleo Alfredo Chaves, o Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, efetuou a compra de terras dos lugares, denominados Butiatumirim e parte da localidade de Veados. Parte dessa região já era habitado por famílias brasileiras e compreendia as terras da Sesmaria do Timbuy.¹ Criado no ano de 1878, o núcleo recebeu o nome do Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, sendo denominado Núcleo Colonial Alfredo Chaves. As terras que formavam o núcleo foram divididas em 80 lotes rurais e urbanos e recebeu 40 famílias de imigrantes que procediam das colônias do litoral. Cada família de imigrante receberia o lote do governo que deveria ser pago a medida que, com o rendimento do trabalho, as terras pudessem ser quitadas.

No dia 4 de janeiro de 1879, o núcleo foi emancipado passando a denominar-se Colônia Alfredo Chaves, data em que também foram entregues os títulos provisórios dos lotes aos colonos. A construção de uma igreja, cemitério e escola foram solicitadas, oficialmente neste dia. No entanto, os próprios colonos viabilizaram tais benefícios, em virtude da demora do Governo em atendê-los. Primeiramente, a igreja e o cemitério foram construídos. Nota-se que em meio à organização social, a escola também teve lugar primordial, no entanto paralelamente à igreja.

¹ As localidades de Butiatumirim e Veados eram consideradas quarteirões que constituíam o município de Curitiba, no entanto, são escassas as informações sobre sua população. Segundo VECHIA (1998, p.29), a população paranaense no século XIX era “*predominantemente branca, descendentes de portugueses e espanhóis*”. Por essas localidades tratarem-se de região de sesmaria podemos acreditar que as famílias que ali habitavam eram descendentes e herdeiros de terras dos primeiros proprietários portugueses, os quais puderam ser verificados ao longo deste pela predominância de sobrenomes dessa origem.

As iniciativas pela criação de escolas empreendidas por esses imigrantes foram fundamentais para que o ensino fosse disseminado na região. A escola era uma dentre as instituições bastante valorizadas pelos imigrantes italianos. Entretanto, o que explica as iniciativas quanto ao processo escolar empreendido pelos imigrantes e à necessidade pela escola foi o papel que a ela esses atribuíram.

Embora houvesse diferenciações quanto ao nível de alfabetização entre os imigrantes, estes imigrantes italianos eram os que provinham de regiões da Europa de forte tradição escolar e que apresentavam maior consciência sobre a importância do acesso à escola, empenhando-se pela sua criação. VÊCHIA (1998), KREUTZ (2000) e WACHOWICZ (1984) também partem desse pressuposto, quando afirmam que para aqueles imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas a preocupação pela escola fazia sentido e manifestava-se mais fortemente. Por isso, alguns grupos de imigrantes buscavam criar escolas particulares étnicas, em função da falta de escolas públicas, nas colônias. Outros grupos ainda pressionavam os governos para que fossem criadas escolas públicas nas colônias já no início da sua fundação, a fim de garantir aos seus filhos o acesso a ela no novo cenário de organização social.

A maior parte dos imigrantes que se estabeleceram no Brasil e, conseqüentemente, no Paraná, provinham do Norte da Itália, uma região eminentemente agrícola porém, de acordo com (LUCA, 1909 apud HUTTER, 1972, p.149-150), com baixos índices de analfabetismo em relação às regiões da Itália meridional. Segundo o autor, enquanto os italianos emigrados das províncias centrais e meridionais apresentavam índices de analfabetismo de 46,65%, os italianos emigrados das províncias setentrionais apresentavam a porcentagem inferior de 11,00%.

Além de proceder de regiões de forte tradição escolar, o que caracterizava o interesse pela escola? Que papel ela desempenharia no grupo para explicar tais esforços pela sua viabilização? Além de proceder de regiões altamente alfabetizadas, o interesse pela escola também caracterizava outra preocupação: a manutenção da cultura. A escola para alguns grupos de imigrantes desempenharia uma função importante na manutenção da cultura, instituída naquele grupo. Ela seria por sua vez uma instituição, assim como a igreja, e outras associações, responsáveis pela transmissão de idioma, valores, costumes, crenças e preceitos

às novas gerações, de modo que esse arsenal cultural fosse perpetuado no seio daquele determinado grupo.

Os grupos étnicos que atribuíram esse interesse pela escola foram os que apresentaram os maiores números de escolas particulares étnicas que eram mantidas pelos próprios imigrantes. De modo geral, eram eles que escolhiam entre os seus um professor, providenciavam o local, a mobília e os materiais escolares. Em alguns casos havia também a participação e vinculação da igreja. Segundo VECHIA (1998) essa dinâmica de criação de escolas particulares étnicas foi fundamental para suprir a falta de escolas públicas nas colônias do Paraná. Essa afirmação é também compartilhada por SEYFERTH (1981, p.12) e KREUTZ (2000, p. 348) quanto às colônias do sul.

Segundo KREUTZ (2000), entre as etnias que tinham uma significativa preocupação com a manutenção de sua cultura e apresentaram os maiores números de escolas étnicas, estavam em primeiro lugar os alemães, depois os italianos, os poloneses e os japoneses. No entanto, continua ainda o autor, que *“entre as quatro etnias de imigrantes [alemães, italianos, poloneses e japoneses] com maior número de escolas étnicas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com suas respectivas de organização comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha peso maior. Isso teria ajudado a que reivindicasse mais cedo o acesso à escola pública”* (p.360), como ocorreu no caso da Colônia Alfredo Chaves. Ao estudar o processo de constituição do ensino neste Município, foi possível observar que os primeiros imigrantes, desde a fundação da Colônia, inúmeras vezes solicitaram ao Governo a criação de uma escola pública.

A preocupação pela escola esteve presente desde os primeiros pedidos. Ainda que a grande maioria deles fossem lavradores e necessitassem de instrumentos agrícolas e benefícios financeiros para o trabalho nas terras, a escola, a igreja e o cemitério foram as primeiras solicitações dos italianos. De acordo com FERRARINI (1992, p.466), na falta de escola pública, durante o período de instalação da Colônia Alfredo Chaves, os imigrantes italianos que ali aportaram providenciaram uma escola particular cujo professor foi designado por eles. Embora não se tenham registros dessa escola parece ter sido a primeira escola naquela localidade.

Se esses imigrantes não estavam preocupados com a manutenção cultural através da escola, porque atribuíam à igreja seu peso maior, que função a escola desempenharia para ser

solicitada? Ainda de acordo com o KREUTZ, para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que esses deveriam despende para a sua manutenção. Desse modo, exigiam do Governo a criação de escolas públicas.

Todavia, na análise do conjunto da documentação sobre a questão, a escola era visualizada como instrumento primordial para as primeiras aprendizagens HÉBRARD (1990, p.68-69). Aprender a ler, escrever e contar para aqueles imigrantes poderia significar a civilização do homem. A escola através de formas e modos específicos de transmissão do conhecimento, seria capaz de retirá-los da condição de *bestias*² e elevá-los para a condição de humanos. Por isso podemos inferir que, naquele momento, não se preocupavam tanto em fortalecer e manter a cultura instituída pelo grupo através da escola, mas manifestavam o desejo de através dela manter uma cultura letrada, entendendo a escola como um lugar específico que concorria para a humanização do homem e moralização dos costumes.

Considerando que parte desses imigrantes, emigrados para o Sul do país e, especificamente, para a Colônia Alfredo Chaves eram alfabetizados e provindos de uma cultura letrada, poderia-se afirmar que o interesse pela escola, manifestado por esse grupo estava ligado à preocupação da manutenção dessa cultura letrada, uma vez que à igreja também foi atribuída uma primordial importância na manutenção dos valores e dos costumes.

O posicionamento dos imigrantes italianos da Colônia Alfredo Chaves foi, desde sua instalação, o de pressionar o Governo para a criação de uma escola pública e cobrar o bom funcionamento da escola.

No dia 11 de julho de 1882, os colonos enviaram ao Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo-assinado contendo 67 assinaturas, entre elas os de alguns brasileiros. Reclamavam por meio do requerimento a falta de aulas públicas na Colônia, alegando que este benefício teria sido esquecido pelo Governo. Solicitavam a criação de uma escola pública promíscua, informando haver na Colônia um número elevado de crianças, cerca de 140 de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade e, ainda, muitas filhas

² Essa foi uma expressão usada pelos colonos num documento em que reclamavam ao governo a falta de escolas públicas nas colônias. Neste os colonos falavam que ao não interessar-se em criar escolas públicas, o governo manifestava a intenção de que os filhos daqueles imigrantes fossem criados como ignorantes. Segue o fragmento. “... é igual a reclamação por parte dos imigrantes por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma casa escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em grande número. Reclamam amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que eles criem os filhos como bestias...”. (OFÍCIO, 1890, p. 109-110)

de brasileiros que também necessitavam em receber educação (REQUERIMENTO, 1882, p.58-59).

Após tais esforços a primeira escola pública de primeiras letras foi criada legalmente, no mesmo ano. O Presidente da Província atendendo, finalmente, o pedido dos colonos cria uma escola promíscua, no dia 22 de julho de 1882, conforme consta no ofício, expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle. Tomou posse nesta cadeira o professor Antonio José de Souza Guimarães, de nacionalidade brasileira, formado pela Escola Normal da Capital, cidade onde residia. Embora parte do território já fosse habitada por famílias brasileiras, nenhum registro foi localizado que atestasse a existência de uma escola pública ou particular anterior a esta data.

Verificou-se que esses imigrantes contribuíram também para que a população brasileira manifestasse interesse pela escola. Seguindo o exemplo daqueles imigrantes após a criação daquela primeira escola pública, muitas escolas foram criadas pela população brasileira nos povoados dos arredores da colônia.

No mesmo ano em 1882, uma escola particular foi aberta na localidade de Veados.³ É necessário ressaltar que mesmo sabendo que famílias brasileiras habitavam essas localidades, a criação de escolas por parte dessas famílias foi posterior à instalação dos imigrantes e à criação de escolas por parte dessa etnia. Neste sentido, ao analisar a abertura dessas escolas acredita-se que as iniciativas empreendidas pelas famílias brasileiras pela criação de escolas foram motivadas pela a instituição de escolas, na Colônia, por parte dos primeiros imigrantes.

De acordo com WACHOWICZ (1984):

O governo apoiava as iniciativas particulares para a manutenção da instrução. Nos núcleos de imigrantes europeus, surgem escolas subvencionadas: são instituições particulares abertas por iniciativa da comunidade, geralmente em localidade onde não há escola pública [...] Nas localidades, havia a idéia de que a população brasileira deveria imitar a população imigrante, que tomava as iniciativas para a institucionalização da instrução. (p.67)

³ Além do povoado do Butiatumirim que deu lugar a sede da Colônia Alfredo Chaves, existia nos seus arredores os povoados de Veados, Roça Grande, Ressaca, Capivari, Morro Grande, Ribeirão das Onças e outros. Os registros de compra de posses dessas terras, conforme FERRARINI (1979, p. 32-33) datam do ano de 1856. Essas localidades já pertenciam ao município de Curitiba e eram habitadas por famílias brasileiras. A partir de 1890, com a formação do município, os limites territoriais foram demarcados e esses povoados foram agregados passando a pertencer politicamente ao Município de Colombo.

Considerando a afirmação da autora, a criação de escolas particulares por parte da população brasileira foi, portanto, uma atitude de imitar os imigrantes italianos que conseguiram do Governo a abertura da escola.

Os estudos da organização dessas instituições tornou-se relevante para entendermos a contribuição da colonização italiana, pois proporcionou a verificação de que nessas escolas particulares houve especificidades, no que tange à sua organização, que as diferenciavam das escolas advindas de iniciativas dos imigrantes italianos. Muitas vezes, as escolas criadas pela população brasileira apresentavam um ensino deficitário, por diversos motivos. Por serem elas localizadas, nos arredores da sede do Município e ainda distantes do centro de Curitiba, problemas como a demora pelo envio de documentos, falta de materiais e mobília escolar e falta de casa escolar apropriada ocorriam juntamente com outras questões, como as relacionadas às constantes mudanças de professores, que pela distancia e má condição física da escola, não permaneciam nas regências por muito tempo, ocasionando a falta de aulas e a interrupção dos trabalhos por meses seguidos e, até mesmo, o fechamento das escolas.

Situações que comprometessem o funcionamento e a estabilidade do ensino nas escolas eram imediatamente reclamadas pelos pais italianos, por meio de ofícios com abaixo-assinado, encaminhados à Diretoria da Instrução Pública, para que fossem tomadas as devidas providências. Esta constante preocupação dos italianos sobre o funcionamento da escola não se verificava, na mesma proporção, entre os brasileiros, sendo poucos os pais que reclamavam a instabilidade das aulas.

A partir do ano de 1890 a Colônia Alfredo Chaves passou a ser município, denominando-se Colombo. Com essa mudança no âmbito político, aquela primeira escola pública deixa de ser promíscua e passa a ser dividida em masculina e feminina. Nos povoados, outras escolas particulares foram sendo abertas pela população brasileira e, posteriormente, subvencionadas pelo Governo.

Ainda que os empenhos por abertura de escolas fossem profícuos, nos últimos anos do século XIX, essas escolas apresentavam aspectos que denotavam a precariedade do ensino. Verificou-se no conjunto de documentos muitas reclamações de falta de material, mobília escolar e de casas escolares. É interessante ressaltar que nos anos posteriores, início do século XX, a precariedade do ensino continuava, embora novos olhares e novos discursos renascentes do período republicano, em torno do ensino, fossem configurados.

Mas, apesar da precariedade do ensino, em meio a uma maior atribuição de importância do Estado para com as escolas, outras novas iniciativas por parte dos imigrantes italianos e pela população brasileira voltaram a se concretizar no Município de Colombo.

Nos povoados, outras escolas foram abertas pela população brasileira e, ainda, criadas pelo Governo. Na sede do Município, em 1905, foi criada pelos imigrantes italianos a *Società Christoforo Colombo*, uma associação italiana beneficente que, em anos posteriores, ofertou à comunidade uma escola só para meninos. Em 1910, um imigrante italiano criava uma nova escola particular italiana, só freqüentada por filhos de imigrantes. E, em 1917, ocorria a criação do Colégio Santo Antonio, uma escola confessional católica, regida por irmãs italianas. Esta escola católica foi identificada como a última iniciativa de criação de escolas, por parte desses imigrantes, e caracterizou-se como consolidação das iniciativas empreendidas por esse grupo étnico, marcando a sua contribuição para a implantação de um sistema escolar.

No período estudado, em que houve a constituição do processo escolar no Município de Colombo, foi possível concluir que as iniciativas pela criação de escolas foram constantes, reiterando a hipótese de que os imigrantes italianos contribuíram para a consolidação desse processo, fosse viabilizando iniciativas próprias pelo ensino, fosse servindo como exemplo para a população brasileira imitá-la no interesse pela criação de escolas a serem solicitadas ao Governo a quem cabia a responsabilidade com o ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.

BALHANA, Altiya Pilati. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba: João Haupt & Cia, 1958.

_____. **Santa Felicidade**: uma paróquia veneta no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.

_____. **Arquivo da Paróquia de Santa Felicidade**. Boletim do Departamento de História da UFPR, nº 11. Curitiba: 1971

COLBACCHINI, Pietro. L'ê condizione degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.

_____. Relazione a S. E. il Ministro degli steri. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968,

CORREA, Rosa Lídia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Caderno Cedes**, ano XIX, nº. 52, nov. 2000.

_____. Urbanidade e disciplinarização e o imigrante italiano nas relações: o Método Facile. Curitiba: **Educar**, nº. 17, 2000, p. 177 – 196.

DEAP, Correspondência do Governo. **Ofícios**, AP. 886, fls. 109 e 110, 1890.

DEAP, Correspondência do Governo. **Requerimentos**, AP. 677, fls. 58 e 59, 1882.

EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1, 4 v.

FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba: Lítero Técnica, 1973.

- _____. Sebastião. **O Município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2, 1990, p.65-110.
- JULIA, Dominique. A cultura como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, 2001, n.1 p. 10.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LUCA, Paolo Emílio de. Della emigrazione europea ed in particolare de quella italiana, parte prima. Torino, 1909. In: HUTTER, Luci Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972. p.149 – 150.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1986.
- RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida. (org.) **Etnia e Educação: a escola “alemã” e estudos congêneres**. Florianópolis: UFSC, 2003. p.63-92.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica: a ideologia germânica e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p.81.
- TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.
- KREUTZ, Lucio. **Identidade étnica e processo escolar**. In: XXV Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, 1998. p. 3.
- _____. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 347-370.
- VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba (1853-1889)**. Tese de doutoramento em História. Usp. São Paulo: 1998.
- WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.